

A GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS NA ESTRUTURA URBANA: A FORMAÇÃO DA CIDADE PÓS-INDUSTRIAL

Paulo Barata

Resumo: Historicamente, a cidade foi moldada de acordo com as necessidades econômicas exteriores a ela. Atualmente, a sua função foi novamente modificada para o atendimento aos anseios dos processos globais que nela são realizados e dela dependem para a sua continuidade. Nas últimas décadas do século XX, a Globalização, como movimento de expansão do capitalismo, teve o papel de ser o agente causador dessas modificações nas estruturas urbanas devido à mudança do papel das grandes cidades na economia mundial. Os agentes privados adotam estratégias vinculadas ao Estado para a reestruturação urbana iniciando um novo momento das funções e formas urbanas. O objetivo é apresentar brevemente o histórico e algumas das estratégias político-empresariais da transformação da cidade industrial em pós-industrial buscando evidenciar algumas das novas formas e conteúdos socioespaciais urbanos contemporâneos resultantes desse processo.

Palavras-chave: cidade pós-industrial, globalização, capitalismo

Abstract: Historically, the city has been shaped according to external economic needs. Currently, its function was again modified to meet the aspirations of the global processes that take place in it and depend on it for its continuity. In the last decades of the twentieth century, Globalization, as capitalist expansion movement, had the role of being the causative agent of these changes in urban structures because of the changing role of cities in the global economy. Private agents adopt strategies linked to the State for urban restructuring starting a new era of urban functions and forms. The goal is to briefly present the history and political and business strategies of the transformation of the industrial city in post-industrial disclosing some of the new contemporary urban forms and the social and spatial contents resulting from this process.

Key words: post-industrial city, globalization, capitalism

1 Introdução

Quanto mais as coisas mudam mais elas continuam as mesmas.

People are always saying that change is a good thing. But all they're really saying is that something you didn't want to happen at all... has happened. My store is closing this week. I own a store, did I ever tell you that? It's a lovely store, and in a week it'll be something really depressing, like a Baby Gap. Soon, it'll be just a memory. In fact, someone, some foolish person, will

Paulo Barata

probably think it's a tribute to this city, the way it keeps changing on you, the way you can never count on it, or something. I know because that's the sort of thing I'm always saying. But the truth is... I'm heartbroken. I feel as if a part of me has died, and my mother has died all over again, and no one can ever make it right.

KELLY, Kathleen. *Mensagem para você*.

Nova York, 1998. Locação e a época do filme “Mensagem para você”. Poderia ser mais uma comédia romântica estrelada por Tom Hanks e Meg Ryan (respectivamente nos papéis de Joe Fox e Kathleen Kelly) como aquelas da década de 1980. Poderia mas não é. Quase 20 anos após alcançarem o estrelato hollywoodiano, os dois atores desempenham os personagens principais de um filme cujo pano de fundo é o conflito entre uma mega cadeia de livrarias contra a pequena loja do bairro. A tradicional “Shop Around the Corner”, herdada de sua mãe por Kelly, terá que enfrentar a concorrência da gigantesca Fox Books. Como foi dito pela dona da diminuta livraria: a cidade mudou e a sua loja não escaparia das constantes mudanças.

“But if this ever-changing world in which we live in...”
Live and Let Die – Paul McCartney

As transformações, como na letra de “Live and Let Die” de Paul McCartney, são globais. O mundo está se transformando constantemente. Joe Fox, o dono da gigantesca Fox Books, certamente concorda em “viver e deixar morrer”. Essa parece ser a tônica dos negócios. Os empreendimentos (seus tamanhos, natureza) mudam conforme o papel da cidade como lócus da produção capitalista.

Através da película, temos a ilustração do atual estado da cidade, ou melhor, da sua transição causada pela Globalização. Talvez esse seja o último exemplo de como o processo globalizatório substituiu os atores do dia a dia urbano. Contudo, é óbvio que essa ilustração cinematográfica não sustenta uma explicação melhor pormenorizada do impacto do processo na estrutura urbana. Para isso, devemos recorrer a expedientes adequados para uma análise correta e com a intenção de ser dirimidora de dúvidas e levar a outros questionamentos.

2. Globalização, agentes e os impactos na estrutura urbana

É o fim do mundo da maneira que conhecemos.

“Joe Fox: Hey, you know what? We should announce ourselves to the neighborhood. Just let them know, here we come.

Kevin: Oh, no, this is the Upper West Side, man. We might as well tell 'em we're opening up a crack house. They're gonna hate us. Soon as they hear, they're gonna be lining up...

Joe Fox, Kevin: - to picket the big bad chain store...

Kevin: - that's out to destroy...

Joe Fox: - everything they hold dear.

Kevin: Yeah.

Joe Fox: Do you know what? We are going to seduce them. We're going to seduce them with our square footage, and our discounts, and our deep armchairs, and...

Joe Fox, Kevin: Our cappuccino.

Joe Fox: That's right. They're going hate us at the beginning, but...

Joe Fox, Kevin: But we'll get 'em in the end.

Joe Fox: Do you know why?

Kevin: Why?

Joe Fox: Because we're going to sell them cheap books and legal addictive stimulants. In the meantime, we'll just put up a big sign: "Coming soon: a FoxBooks superstore and the end of civilization as you know it."

“Mensagem para Você”

Ao longo dos últimos quarenta anos, desde a década de 1970, estudiosos debruçaram-se sobre os pontos de interseção entre a cidade e a globalização escavando seus primórdios e revisitando planejamentos e contextos econômicos da época. Tudo em busca de desvelar a nova cidade pós-industrial, filha da urbe industrial, mas com elementos diferentes. O entendimento dos elementos e a disposição desses na montagem do atual quebra-cabeça urbano é o primordial, o elemento básico que nos guia.

Mesmo as mais leigas e/ou desatentas pessoas percebem as mudanças que ocorrem ao longo do tempo no espaço vivido. Uma simples conversa com familiares de duas gerações anteriores a nossa elucida com propriedade e nitidez a cidade industrial e suas chaminés progressivamente sendo remodelada, substituída por novas formas mais limpas e estéreis. Os pegue-pagues da vida foram riscados da face da Terra e deram lugar às grandes redes de supermercados e o lotação por linhas organizadas controladas por empresas rodoviárias. Nessas poucas linhas transparece que a organização cidadina é transferida para grandes corporações. E qual é o movimento que conduz essa modificação da função das cidades?

Uma boa maneira de dar início à explicação seria abordar a Globalização. O processo de globalização pode ser entendido como integração entre circuitos econômicos, culturais e financeiros no plano mundial. Há controvérsias acerca do seu início. Alguns autores defendem que o processo teve como marco inicial as primeiras grandes navegações promovidas por

Portugal e Espanha no final do século XV. Contudo, há a corrente que propõe o seu início efetivo com a inserção das novas tecnologias, de forma mais contundente, nas telecomunicações, a partir da década de 1970, que possibilitaram a comunicação imediata entre os mais diversos pontos do planeta (HARVEY, 2003; SOUZA, 2003).

Falar apenas no processo pode soar um tanto quanto abstrato. Podemos ficar com a impressão de ser algo sem forma e concretude. Porém, a partir de Sassen (1998) a globalização fica marcada na existência das cidades globais que corporificam os nós da teia global. Cidades como São Paulo no Brasil, Nova York nos EUA e Frankfurt na Alemanha, por exemplo, são importantes centros financeiros e decisórios, pois, concentram sedes de empresas transnacionais e abrigam algumas das mais importantes bolsas de valores, vitais para o funcionamento da atual fase do capitalismo: o financeiro.

O momento do capitalismo, acima citado, tem como aliado a interconectividade do mundo digital que se corporifica no espaço informacional de Castells (2000) ou o meio técnico-científico-informacional de Santos (1996). A produção desse novo meio técnico confere maior liberdade de movimentação dos mais diversos tipos de fluxos. Os investimentos especulativos ou produtivos se movimentam com maior fluidez. Dessa forma, facilitou-se o espraiamento das bases de produção para outros territórios. Tal movimento ocorre em busca dos ganhos em competitividade quando há a possibilidade de redução dos gastos em diversos setores do processo manufatureiro e transporte de matéria-prima. Logo, passa a se configurar uma nova divisão territorial do trabalho. Produtos de tecnologia baixa ou intermediária, em setores que não são vitais – ou seja, que envolvam a abertura e transferência de tecnologia de ponta para países subdesenvolvidos, passam a ser montados e produzidos em novos mercados. Segundo Harvey (2003), trata-se do ajuste espacial do capitalismo sempre em busca de novos mercados. Essas necessidades capitalistas mudaram as feições e funções das cidades de maneira contundente. E como esses eventos transcorreram ao longo do último século? Quais foram as estratégias basilares utilizadas pelo Estado em conjunção capital para a transformação das cidades industriais para as atuais cidades pós-industriais?

Segundo Hall (1996), ainda no final da década de 1960, a cidade passou por uma crise. Foi detectado que a crise não seria apenas uma conjuntura. Retiraram a expressão “crise estrutural” da academia, introduziram-na nas discussões e foi a definidora do seu caráter: devido a fenômenos mundiais, a estrutura fundamental cidadina estava irremediavelmente sendo modificada. O processo de fragmentação industrial, ou seja, a reorganização das

indústrias pelo espaço global, em busca de localizações que conferissem vantagens competitivas, leva as cidades à busca de novas fontes de renda. Era o momento de inovar, buscar novas soluções para problemas num novo momento da História. Como na lenda do nó Górdio em que Alexandre, o Grande, corta a amarra, um problema que há anos desafiava a todos, com um golpe de espada (exemplo de uma nova resolução de um problema de maneira simples e eficaz), os planejadores modificam o planejamento urbano. Se anteriormente era uma forma de conter e controlar o crescimento urbano, agora passará a atender às necessidades do capital. Assim, a solução encontrada foi tornar a cidade sua própria fonte de renda. Pelas posteriores dificuldades encontradas devido a essa solução, pode-se questionar se tal foi o caminho mais eficaz para a reestruturação. Todavia, o modelo de transformar o tecido urbano numa vitrine teve aí o seu começo. Hall (1996) remonta todo o processo de revitalização (ou requalificação, que seria o termo mais preciso haja vista a mudança do conteúdo social) das cidades que ocorreu com parcerias que envolveram o governo central, local e as corporações privadas. Adotaram--se políticas intraurbanas voltadas para o ressurgimento econômico urbano. Uma famosa corporação que acabou tendo seu nome ligado, literalmente, ao processo foi a Rouse Corporation. Seu planejamento para Baltimore, cidade dos EUA, torna-se o modelo que pautaria todos os programas de revitalização subsequentes. A fórmula básica era sempre a mesma: cooperação entre empreendedores de diferentes esferas públicas e privadas que se empenhavam na substituição do modelo já obsoleto de organização para um novo onde a cidade seria o palco que abrigaria toda a sorte de elementos voltados para lazer, entretenimento e consumo. No epicentro dessa transformação, estava a elite financeira, que tomava o centro de assalto em substituição à antiga elite industrial. Dessa maneira a construção de novos espaços era ainda iniciativa estatal que preparava o terreno e alavancava a participação do capital privado através da liberação de grandes volumes monetários através de linhas de financiamento resultando num grande impacto espacial. Segundo Hall (1996), em Londres, foram criadas zonas especiais para a recuperação de áreas degradadas ao ponto de exaustão do espaço. Eram abertas a todos os tipos de negócios com legislação deveras flexível. Apesar da polêmica quanto a essa solução, digamos, “original” e às críticas ferinas que sofreu essa nova concepção de produção do espaço urbano, demonstrou ser viável e atingiu sucesso na sua proposta de recuperação de áreas e na promoção do desenvolvimento econômico.

A compreensão desse modelo empreendedor e das estratégias de produção do espaço

urbano da cidade pós-industrial foi, posteriormente, alvo de diversos estudos sobre a produção do espaço urbano. Tendo o neoliberalismo como foco, Santos (2006) explica a evolução do espaço como sendo fruto de cooperação e conflito de diversas forças. Ele destaca algumas dessas forças: o Estado e o mercado, as influências externas e internas, a inovação e o preexistente. O primeiro par de forças é essencial para o entendimento da produção da cidade pós-industrial: a conjunção do Estado, com seus poderes legislativos sobre o espaço, constituindo-se o braço executivo dos interesses dominantes articulado às forças do mercado, que buscavam privilégios dentro do cenário socioespacial.

O conceito empreendedorismo faz-se presente na obra de Harvey (2006) corroborando com a ideia de Santos sobre o papel do Estado privilegiando os interesses econômicos dominantes. Sobre essa questão, em 1985 ocorreu um seminário em Orleans que chegou à conclusão de que “os governos urbanos tinham de ser muito mais inovadores e empreendedores, com disposição de explorar todos os tipos de possibilidades para minorar sua calamitosa situação (...)” (Harvey, 2006, p.85) devido à dispersão industrial culminando na erosão de suas bases econômica e fiscal. Contudo, tal seminário ocorre quando a abordagem empreendedorista já estava acontecendo a pleno vapor, datando da década de 1970.

A planificação, por mais contraditório que soe por estarmos abordando o capitalismo na sua fase neoliberal, foi essencial para a realização da cidade pós-industrial. O instrumento preferido das políticas urbanas neoliberais é o plano estratégico. Segundo Maricato (2007), apesar desse apresentar-se como democrático e participativo, combina-se com perfeição às ideias neoliberais que (re)orientaram as políticas econômicas nacionais via o Consenso de Washington. Dessa maneira, o papel do plano estratégico seria o de desregular, privatizar, fragmentar, e dar ao mercado um espaço absoluto. O interesse é transformar a cidade em vitrine e, para tal, “abandona-se a abordagem holística modernista no planejamento por uma apropriação simbólica de novas localizações (ou antigos espaços renovados) que, obviamente, está relacionada à valorização imobiliária.” (MARICATO, 2007, p.135) Transforma a cidade em competidora internacional por investimentos, na produção de renda que tem seu espaço preparado para receber toda sorte de equipamentos e serviços. Ela torna-se, ao mesmo tempo, a mercadoria que deve ser vendida como a empresa que deve ser lucrativa e competente. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, o primeiro “plano estratégico” surge apenas no ano de 1995, no governo do prefeito César Maia, ironicamente

filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) – ligado a Internacional Socialista, que “visava consolidar a cidade como uma metrópole empreendedora e competitiva, com capacidade para ser centro de negócios para o país e o exterior” (RIOESTUDOS, 2002).

Como pode-se perceber, as mudanças no plano local estão intimamente ligadas ao plano global. Ou, em outras palavras, a ordem local, ainda mais num país que há muito é subordinado às instituições financeiras internacionais, é ditada pelos certames da ordem global. Modelos de gestão urbana são importados e implantados visando o favorecimento de grupos econômicos específicos, como Santos. Barbosa (2007) diz que

...nos quadros desse novo empresariamento do espaço urbano a intervenção na escala local torna-se prioritária para a realização de ações globalizantes, porque os lugares são configurados como espaços flexíveis de alocação de provisões e recursos, mais adaptáveis ao movimento da circulação do capital multinacional. (pág.137)

Ou seja, tem se em mente o atendimento das necessidades de acumulação do capital em detrimento de outras instâncias da sociedade. O Estado retira-se dando espaço ao empresariado que ganha maior espaço e poder decisório. É como Barbosa (2007) fala sobre o empresariamento máximo / Estado mínimo como estratégia de construção de uma nova ordem urbana. Claro que em parte o Estado fraco é parte de um jogo. O poder estatal é quem, no final das contas, decide o grau de sua participação, pois, cabe lembrar que a sua retirada do cenário é decidida pelo mesmo, que a desregulamentação é regulamentada e até mesmo a inserção do capital privado é autorizada mediante acordos políticos e econômicos.

Ligando as ideias anteriores, de empreendedorismo e na relação local-global, podemos abordar a questão da reconstrução da urbe seguindo tais preceitos. Primeiro, há uma negação do espaço atual. Existe toda uma propaganda, mesmo que baseada em fatos, do fracasso da cidade industrial que se encontra falida, violenta e socialmente irreversível. Ela teria atingido um tamanho que inviabilizaria qualquer tipo de cuidado com o seu bem-estar. Portanto, seria inconcebível tentar cuida dela como um todo. As ações devem ser pontuais, partir a cidade em fragmentos legislando especificamente para cada fração. Mesmo um programa que contemple a cidade deve ser empregado em cada fragmento de maneira seletiva respeitando as especificidades de cada bloco. Assim, buscar-se-ia a requalificação dos lugares buscando reconstruir, segundo Barbosa (2007)

a civilidade, a paz social, o progresso e, evidentemente, atrair bons negócios, tecnologia e empregos. Configuram-se táticas difusas e descontínuas que radicalizam desigualdades socioeconômicas e revelam, em seu percurso de afirmação, o seu propósito nada oculto de promover o mercado global de

Portanto, as modificações não ocorrem no todo urbano e sim em áreas selecionadas. Alguns espaços são modernizados, mas permanecem como centro do poder urbano sem que ocorra a modificação do papel daquele espaço urbano específico. Nessa modificação das bases citadinas, a tecnologia teria grande influência sobre a organização socioespacial, afetando diversas instâncias organizacionais da mesma. Em teoria, deveria ter dispersado, desconcentrando as grandes aglomerações empresariais/urbanas devido à crescente facilidade propiciada pelas telecomunicações, por exemplo. Contudo, Castells (2000) vai de encontro a essa ideia ao apontar que o padrão de localização foi pouco ou praticamente não alterado pelas novas tecnologias. Na verdade, esse foi o principal fator que letargizou o processo, pois devido à maior facilidade de intercomunicação, não havia razões para o deslocamento para fora dos grandes centros urbanos. As corporações globais tendem a estabelecer suas sedes em grandes centros urbanos, tanto pelas incontáveis ofertas de amenidades para seus funcionários quanto pela infraestrutura instalada, que permite a desejada instantaneidade ofertada pela tecnologia das cidades globais de Sassen (1998). Isso gera uma aglomeração de serviços que são prestados às corporações transnacionais. Esta seja, talvez, a diferença crucial na organização da cidade industrial para a pós-industrial: se anteriormente a localização estava baseada na impossibilidade de transporte de insumos pesados para a produção, agora essa se dá pelas possibilidades de relação imediata com os serviços indispensáveis para a operação e organização empresarial.

Essa conclusão nos leva a Ceporallo (2000), que atesta sobre a necessidade humana de encontros. Ter decisões tomadas cara a cara com o seu interlocutor ainda seria primordial para a tomada de decisões estratégicas. A frieza e a praticidade da projeção do monitor de cristal líquido e da reprodução de áudio não tomaram o lugar do contato direto, que permite perceber as peculiaridades das expressões faciais, das variações dos tons de voz e expressões corporais tão importantes no mundo dos negócios.

De toda maneira, a tecnologia parece estar, em parte, realizando o seu destino, pois o exemplo que é diametralmente oposto a essa ideia, da continuidade dos padrões pretéritos de localização, reside nas *Edge Cities* de Joel Garreau, descritas em “Cidade de Quartzo” de Mike Davis citadas por Castells (2000) e Capel (2003).

Remontando o histórico da produção das cidades, um fato evidente é o seu constante rearranjo espacial a partir de processos de dispersão, que dão origem à cidade difusa (CAPEL,

2003). A sua mancha urbana foi continuamente espalhada, ocupando novas áreas fora das áreas centrais de alta densidade. A expansão das periferias, que se tornam espaços complexos e diversificados, dá origem a processos e formas anteriormente não comuns a esses espaços. Algumas causas desse processo de difusão são constituídas pelos processos a seguir. O primeiro, que ocorre desde o século XIX, é a introdução de inovações técnicas na área de comunicações e transportes formatando redes que permitiram a realocação de atividades para áreas periféricas. Atualmente, Castells (2000) diz que a organização social centrada nas redes dá origem a processos e não simplesmente formas, como é o processo de estruturação do espaço dos fluxos. Além disso, a variação do valor da terra e da moradia, mais baratas e interessantes ao mercado imobiliário, desloca indústria e população para os anéis exteriores da urbanização. Esse deslocamento foi facilitado pela implantação das redes de transporte que permitiu a integração centro-periferia e a captação da mão de obra da população suburbanizada para o trabalho industrial. E, finalmente, a terceirização das áreas centrais, que geram maior lucratividade do que as antigas indústrias e moradias, expulsa a população em nome dos centros de negócios materializados em prédios comerciais e de escritórios.

Esses processos dispersivos da cidade difusa, possibilitados pelas redes que constituem e dão origem à cidade informacional, fazem com que as metrópoles sejam caracterizadas pelo seu gigantismo, adensamento e, contraditoriamente, pela piora das condições de fluidez do seu espaço. O crescimento e adensamento do espaço suburbano, aliado à impossibilidade de comunicação e circulação efetiva da população periférica no centro, resultam no surgimento de novas centralidades dentro da periferia. Dois processos decorrem da criação de centralidades suburbanas: a formação de subcentros periféricos e o policentrismo metropolitano.

A transformação do solo periférico como parte essencial da área urbana é do interesse dos agentes produtores do espaço urbano. Após a implantação das moradias, instalam-se atividades terciárias, no intuito de equipar um espaço pouco qualificado, com shopping centers, prédios de escritórios, hipermercados. Posteriormente, com outras requalificações, o negócio imobiliário tem sua continuidade. A periferia não está alijada dos processos gerais da produção do espaço na era do espaço informacional (CASTELLS, 2000) ou do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996). Nesse contexto, Castells (2000) e Capel (2003) fazem referência as já citadas “Edge Cities”. Tipicamente americanas, localizam-se nos subúrbios, frutos da rápida obsolescência dos centros urbanos americanos potencializados

pelo descaso político em agir ao seu socorro, podem ser encaradas como a continuação de um histórico estadunidense de ampliar suas fronteiras. São resultantes da dispersão urbana e das novas formas suburbanas possibilitadas pelas redes de comunicação e transporte da cidade informacional. Materializam-se como centros de atividades terciárias periféricas, concentradores de empregos e que possuem, ao seu redor, vastas extensões de unidades residenciais unifamiliares. Sua expressão espacial, como forma urbana, é marcada pelo fato que

são ligadas, não por trens e metrô, mas por auto-estradas, corredores de acesso a aviões e antenas parabólicas de 9 metros de diâmetro nos terraços dos prédios. Seu monumento característico não é um herói montado a cavalo, mas os átrios a céu aberto que abrigam árvores sempre folhadas em sedes corporativas, centros de condicionamento físico e shopping centers. Estas novas áreas urbanas não são marcadas pelas coberturas dos antigos ricos nem pelas casas de cômodos dos antigos pobres urbanos. Em vez disso, o que caracteriza sua estrutura é a famosa residência independente para uma única família, a casa suburbana cercada de gramado... (GARREU, 1991, p.4 apud CASTELLS, 2003, p.489)

E sua validade como Edge City deve atender aos seguintes critérios:

(...) é qualquer lugar que: a) tenha 465 mil metros quadrados ou mais de espaço com escritórios de aluguel – o local de trabalho da era da informação... b) tenha 565 mil metros quadrados ou mais de espaço para ser alugado por lojas varejistas... c) tenha mais empregos que dormitórios. d) seja percebido pela população como um lugar... d) não se parecesse com uma “cidade” pelo menos trinta anos atrás”. (idem)

Pela presença de novas formas urbanas advindas do processo maior que é a própria cidade informacional organizada em camadas (CASTELLS, 2000), Capel (2003) destaca que a periferia ganha contornos mais complexos e se torna mais diversificada abrigando centralidades, antes típicas e exclusivas de áreas centrais e se tornam centros de outras áreas periféricas contíguas atraindo fluxos periferia-periferia. Esse modelo emergente de cidade informacional, pós-industrial, dá ênfase às comunicações e seu papel integrador relegando a contiguidade territorial ao segundo plano.

O processo da urbanização dispersa apresentou vantagens e desvantagens notórias, como verificadas por Peter Hall no livro “World Cities”, citado por Capel (2003). Os bairros dispersos, com unidades unifamiliares, aumentaria a flexibilidade do consumo da moradia, pois o cidadão poderia escolher o tipo de habitação, permitiria a gestão participativa, diminuiria congestionamentos e a facilidade de acesso. As desvantagens se apresentariam com o alto custo por demandar grandes deslocamentos, a dispersão socioespacial que impediria

contatos frequentes tornando a solidariedade política fragilizada e a baixa qualidade visual do ambiente que se cria. Atualmente, mesmo aquelas que eram tidas como vantagens são percebidas ou resultaram em desvantagens consideráveis. Aumento do trânsito, acidentes, aumento da poluição atmosférica, impactos ambientais urbanos (ligados ao saneamento), especulação imobiliária, dificuldade de implantação de redes de transportes eficientes para bairros dispersos, alto custo da implantação de serviços urbanos de toda a sorte etc. Constituem-se, em quase totalidade, nas atuais mazelas socioespaciais urbanas para as quais os Estados precisam formular soluções.

3. O “novo” conteúdo socioespacial da cidade pós-industrial

“Eu não quero que você pense nisso como apenas um filme – um processo de conversão de elétrons e impulsos magnéticos em formas, figuras e sons. Não. Ouça. Nós estamos aqui para deixar uma marca no universo. Caso contrário, por que estaríamos aqui? Nós estamos criando uma consciência inteiramente nova, como um artista ou um poeta. É assim como você deve pensar nisso. Nós estamos reescrevendo a história do pensamento humano com o que estamos fazendo”.

Steve Jobs dialogando com o diretor Riddley Scott sobre o comercial do computador pessoal Macintosh.

O filme “Piratas do Vale do Silício” (no original em inglês: *Pirates of the Silicon Valley*) aborda a formação das empresas que seriam essenciais para a reestruturação econômica capitalista em distintas escalas. No lugar dos altos executivos e cientistas com formação tradicional, jovens engenheiros de formação superior incompleta, alguns “drop outs” de Berkeley e Stanford, criaram a “indústria” de tecnologia como a conhecemos atualmente. A película ilustra a ruptura com o momento fordista anterior em cenas icônicas. Numa delas, o então CEO da Apple, Steve Jobs, um dos fundadores da empresa numa casa de Los Altos, Califórnia (coração do Vale do Silício), entrevista um engenheiro advindo da IBM, empresa rival da época. O engenheiro é humilhado por Jobs devido a sua formação e comportamento “quadrados” demais para se adaptar a uma empresa que pregava a inovação e renovação dos conteúdos tecnológicos e culturais.

O comportamento “rebelde” para os padrões empresariais dos jovens cientistas / empresários da época, moldou todo um novo padrão de como produzir tecnologia, de se relacionar profissionalmente e em sociedade influenciando as gerações seguintes. Possibilitaram a realização e consolidação da próxima fase econômica, inicialmente batizada de pós-industrial ou pós-fordista. Foram diretamente responsáveis pela consolidação do

Cinturão do Sol, na Costa Oeste Americana, tendo o Vale do Silício, na Califórnia, como ponta de lança da proliferação das aglomerações industriais de alta tecnologia e atração de conteúdo social detentor das capacidades cognitivo-culturais necessárias a esse ramo de atividade. Constituíram-se parte fundamental do surgimento da “nova economia” ou do “capitalismo cultural-cognitivo”, que reverberou na maneira de produzir o espaço urbano que veio a emergir no pós-crise do fordismo, nos anos 1970.

Scott (2012) elabora o conceito de “capitalismo cognitivo-cultural” ou “economia cognitiva-cultural” e sua abreviação “nova economia” em substituição à expressão “pós-fordismo” por considerá-lo insuficiente na análise do desenvolvimento econômico e da urbanização recente. O capitalismo e urbanização são indissociáveis e três pontos dessa conjunção são considerados. O primeiro é a criação de postos de trabalho que demandam capital humano com alta capacidade cognitivo-cultural; em detrimento, os trabalhadores menos capacitados são ou eliminados, via desemprego estrutural, ou ocupam posições inferiores com salários inferiores e alijados das áreas metropolitanas para áreas periféricas. O segundo ponto, que é atrelado diretamente ao primeiro, é o distanciamento ainda mais acentuado nos termos de ocupação e renda entre os trabalhadores qualificados e os menos qualificados. Enquanto o estrato designado por Scott (*idem*) como trabalhadores cognitivo-culturais ou trabalhadores simbólicos, por sua qualificação, auferem maiores ganhos, os trabalhadores de menor escalão são marginalizados socioeconomicamente, empregados em serviços de baixa renda, apesar de muitos postos de trabalho requererem certos conhecimentos e habilidades não formais. E o último ponto envolve o consumo de produtos acima das possibilidades de renda do trabalhador precarizado.

O ponto que se destaca da nova economia é a corporificação da desigualdade entre os trabalhadores simbólicos e a “nova classe servil” na estrutura socioespacial. O aumento da diferença entre as classes (num distanciamento maior do que o verificado na sociedade industrial entre os trabalhadores de colarinho branco e colarinho azul) é identificado na nova divisão do trabalho, que se desdobra na reestratificação da sociedade urbana e na recomposição do espaço urbano (SCOTT, *ibidem*).

No aspecto social, o trabalho da classe cognitivo-cultural tende a ser menos burocratizado e mais flexível com uma maior exigência sobre os talentos pessoais e criatividade. Composto por grande número de mulheres (fruto dos movimentos sociais dos anos 1970), novas qualidades como empatia e interação social são desejáveis. Como retratado

no filme francês “Samba”, cujo mote central é o uso da mão de obra ilegal na cidade de Paris, França, o novo trabalhador servil é sub-qualificado e em grandes cidades, lócus da nova economia, são formados por imigrantes com cultura e/ou etnia estrangeira (CASTELLS, 2000; SCOTT, 2012). Sua função é a de suporte às atividades da classe superior da força de trabalho, numa dialética característica e clássica do capitalismo. Pela natureza do seu trabalho, estão irremediavelmente inseridos no espaço urbano. Entretanto, esses, devido à falta de qualificação, são mais suscetíveis aos períodos recessivos da economia, uma vez que não possuem o conhecimento requerido para atuar na linha de frente da nova economia.

A posição fragilizada do trabalhador servil revela-se na ocupação e produção do espaço urbano. Tende a ocupar moradias próximas ao seu local de trabalho, acompanhando espacialmente o deslocamento dos postos de trabalho pela cidade. Com a crise fordista, a localização industrial migrou para pontos periféricos abandonando áreas centrais que foram ocupadas lentamente por elementos da alta classe média. Esse processo denominado “gentrificação” passa por etapas que envolvem a inserção dos trabalhadores cognitivo-culturais que passam a ocupar áreas centrais da cidade e retroalimentam a oferta de serviços urbanos locais, ao mesmo tempo que revalorizam o espaço, muitas vezes apoiados pelos proprietários e pela política urbana.

A ocupação das áreas centrais por esse trabalhador da nova economia aumenta a densidade e resulta no extraordinário crescimento vertical experienciado por esses espaços nas grandes cidades. É parte das estratégias que envolvem a revitalização (pensamos que talvez o emprego do termo requalificação fosse mais preciso nesse caso) das áreas contíguas ao centro por políticas urbanas direcionadas que resultam no aumento do valor da terra. Os fixos criados têm sua forma não apenas para o atendimento da sua função, mas também funcionam como símbolos intencionalmente produzidos. Formam uma paisagem artificialmente constituída para refletir a superioridade das atividades de trabalho criativo, cerebral e cultural que dominam essas áreas.

4. Considerações finais

Há o crescimento das cidades como centro de gestão, comando e concepção da economia transnacional, segundo Cepollaro (2000). Castells (2000) e Sassen (1998) continuam ao dizer que a urbe, na verdade, as cidades globais (que já completaram a passagem para a cidade fruto da globalização) abrigam as camadas superiores concernentes às

atividades de controle e comando dos serviços empresariais. São os centros nodais que conectam as redes empresariais. Essas são conhecidas como cidades globais, na definição de Sassen (1998). Dentro desse contexto e de acordo com Hall (1996), o planejamento parece existir para satisfazer anseios específicos, dar à cidade novas fontes de renda e funções devido ao lento e constante desaparecimento da indústria dos seus limites.

Ainda sobre cidades globais, Castells (2000) nos diz que a localização de cada uma tem papel decisivo na distribuição de riqueza e da geografia do poder dentro da lógica do sistema global. É ela que concentra os centros produtivos, de comando e de serviços, como já dito anteriormente, conectando os diversos centros principais e auxiliares da rede global. A força das elites gerenciais assume um papel poderoso na organização urbana. Caso comparemos com um jogo de xadrez onde tais elites sejam figuras como o rei, a peça mais importante que deve ser defendida, as outras peças do tabuleiro, nesse caso, os elementos da cidade, estão arranjados de maneira a protegê-lo. Ou seja, tudo parte das necessidades do “rei”, todos são organizados de forma a atender a defesa e a vontade do seu elemento “mais importante” do jogo. Em termos mais acadêmicos, podemos dizer que a elite organiza o espaço como seu *locus* de reprodução e manutenção do *status quo* (CASTELLS, 2000; SANTOS, 1996).

Começamos o texto com uma citação não-acadêmica. Então, nada mais justo do que terminá-lo com outra citação e, dessa vez, do mundo acadêmico. Se a primeira citação mostrava a falta de força dos “pequenos” no que concerne à reconfiguração da estrutura urbana em comparação ao poder dos “grandes”, Santos sintetiza todo o pensamento das novas formas de organização, sua função espacial e a quem servem da seguinte maneira:

Hoje, o próprio espaço, o meio técnico-científico, apresenta-se com idêntico conteúdo de racionalidade, graças à intencionalidade na escolha dos seus objetos, cuja localização mais do que antes, é funcional aos desígnios dos atores sociais capazes de uma ação racional. Essa matematização do espaço o torna propício a uma matematização da vida social, conforme os interesses hegemônicos. Assim, se instalam, ao mesmo, não só as condições do maior lucro possível para os mais fortes, mas, também as condições para a maior alienação possível, para todos. Através do espaço, a mundialização, em sua forma perversa, empobrece e suja (1993, p.25).

4. Referências bibliográficas

BARBOSA, Jorge Luiz. O ordenamento territorial urbana na era da acumulação globalizada : In SANTOS, Milton; BECKER, Bertha. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

CEPOLLARO, G. Gottmann: a metrópole transacional :In DE MASI, D. A Sociedade Pós Industrial. São Paulo: Senac, 2000.

HALL, Peter. Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX. São Paulo: Edusp, 1996.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

_____. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Anablumme, 2006.

MARICATO, Erminia. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. In: As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira / orgs., Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Orlando Alves dos Santos Junior. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

RIO DE JANEIRO (Município). Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Pereira Passos, Rio de Janeiro. Rio Estudos, nº 78. Coleção Estudos da Cidade, Nov. 2002.

SANTOS, Milton at alli. Fim de Século e Globalização. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2006.

SASSEN, Saskia. As Cidades na Economia Mundial. São Paulo: Nobel, 1998.

SCOTT, Alen J. As cidades da terceira onda. In: Susana Mara Miranda Pacheco, Mônica Sampaio Machado. (Org.). Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2012

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.